

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.915 - RS (2019/0030900-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ODAIR JOSE DELABONA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ PEREIRA REGO GESTA - RS038797
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0337602-15.2018.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e art. 180 do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 107):

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CARÊNCIA DOCUMENTAL QUE IMPEDE O CONHECIMENTO INTEGRAL DA IMPETRAÇÃO. ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. LEGALIDADE RECONHECIDA. 1. Ante a ausência de documentos, somente é possível conhecer do pedido relativo à fundamentação do decreto prisional. 2. Decisão devidamente fundamentada, tendo indicado a existência de extensa organização voltada ao tráfico de drogas, envolvendo inclusive sujeitos que estão recolhidos ao sistema carcerário. Paciente que é indicado como líder. AÇÃO CONSTITUCIONAL PARCIALMENTE CONHECIDA. LIMINAR RATIFICADA.

Neste recurso ordinário, sustenta a defesa, em síntese, que não estariam presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz, nesse sentido, que o recorrente, "mesmo que não seja primário, sempre foi pessoa trabalhadora, possuindo residência fixa na cidade de Rio Pardo/RS. Nesta cidade possui inclusive atividade comercial formal e lícita de onde retira o seu sustento e de sua família. Encontra-se em monitoramento eletrônico por um longo período e nunca teve constatada qualquer irregularidade. Ocorre que desde o último dia 18.10.2018 encontra-se recluso junto ao

Presídio Regional de Santa Cruz do Sul cumprindo prisão preventiva, inexistindo pressupostos para manutenção de seu encarceramento" (e-STJ fl. 125).

Pondera que, "de acordo com que se extrai dos autos, a droga não foi apreendida com o recorrente, e sim com outros réus presos em flagrante na cidade de Rio Pardo - RS. réus estes com ordem concedida em julgamento de Habeas Corpus no TJ do Rio Grande do Sul, no dia 12 de Dezembro de 2018. em situação semelhante a do Recorrente" (e-STJ fl. 127).

Requer, inclusive liminarmente, o provimento do recurso a fim de expedir alvará de soltura em benefício do recorrente.

É o relatório.

A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, consoante consta do acórdão ora recorrido, a decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente teria assim consignado (e-STJ fls. 109/112):

No relatório de investigação da denominada Operação Faxina, enviado pela Delegacia de Polícia de Rio Pardo (fls. 08/120), é possível verificar, pelos diálogos interceptados e fotografias juntados às fls. que há indícios de que ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA, RODRIGO ROCHA DO AMARAL, LEONEL VÍTOR ROSA ALENCAR, CLERES BARROSO ROCHA DO AMARAL, LEONARDO DE ASSIS RODRIGUES, MARA LECIANA BEHLING, SÍLVIO LEMES DE SÁ, MARIA SUZANA MAIA, CARLOS MIGUEL PIRES SILVEIRA, CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA, EDENILSON DE FREITAS SILVEIRA, CRISTIANO DA SILVA SOUTO e DIOGO MASSULO estariam dedicando-se, de forma conjunta, ao tráfico.

Com efeito, conforme o referido relatório, há indícios de que ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA seria o chefe da organização, conforme se verifica das conversações interceptadas destacadas às fls. 10/12. tendo como seu braço direito RODRIGO ROCHA DO AMARAL, que seria responsável pela entrega e distribuição de drogas do grupo (conversas interceptadas às fls. 12-verso e 13), tendo inclusive sido abordado dirigindo um veículo roubado, contudo, conseguiu fugir (ocorrência policial nº 9785/2018 - fl. 32).

[...]

Já quanto aos Investigados ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA, SÍLVIO LEMES DE SÁ, CARLOS MIGUEL PIRES SILVEIRA e CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA são reincidentes:

Na hipótese, ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA apresenta as seguintes condenações criminais com trânsito em julgado (fls. 122/124):

a) processo nº 024/2.15.0002128-6 - art. 33 da Lei 11.343/06 - trânsito em julgado em 07.11.2016:

b) processo nº 051/2.05.0000406-2 - art. 304 do Código Penal - trânsito em julgado em 02.04.2007. (Grifei.)

Tais circunstâncias, a meu ver, justificam, ao menos neste juízo de prelibação, a manutenção da prisão cautelar pelo fundado receio de reiteração delitiva.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator